



ISSN 2238-118X

CADERNOS CEPEC

V. 4 N.6 Junho de 2015

**DESMITIFICANDO AS EXPORTAÇÕES PARAENSES: ANÁLISE PELOS
CONTRATOS DE CÂMBIO E POR EMPRESAS**

Luís Flavio Maia Lima

Centro de Pesquisas Econômicas da Amazônia



CADERNOS CEPEC

Publicação do Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal do Pará

Periodicidade Mensal – Volume 4 – N° 05 – Maio de 2015

Reitor: Carlos Edilson de Oliveira Maneschy

Vice Reitor: Horácio Shneider

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós Graduação: Emmanuel Zagury Tourinho

Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

Diretor: Carlos Alberto Batista Maciel

Vice Diretor: Manoel Raimundo Santana Farias

Coordenador do Mestrado em Economia: Sérgio Luis Rivero

Editores

José Raimundo Barreto Trindade - Principal

Sérgio Luis Rivero

Conselho Editorial Provisório

Armando Souza

Marcelo Diniz

Ricardo Bruno

Francisco Costa

José Trindade

Danilo Fernandes

Gilberto Marques

Sérgio Rivero

Gisalda Filgueiras

Márcia Jucá Diniz

**Comentários e Submissão de artigos devem ser encaminhados ao
Centro de Pesquisas Econômicas da Amazônia, através do e-mail:
jrtrindade@uol.com.br
Página na Internet: <http://www.ppgeconomia.ufpa.br/>**

Cadernos CEPEC ***Missão e Política Editorial***

Os Cadernos CEPEC constituem periódico mensal vinculado ao Programa de Pós-graduação em Economia do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Sua missão precípua constitui no estabelecimento de um canal de debate e divulgação de pesquisas originais na grande área das Ciências Sociais Aplicadas, apoiada tanto nos Grupos de Pesquisa estabelecidos no PPGE, quanto em pesquisadores vinculados a organismos nacionais e internacionais. A missão dos Cadernos CEPEC se articula com a solidificação e desenvolvimento do Programa de Pós-graduação em Economia (PPGE), estabelecido no ICSA.

A linha editorial dos **Cadernos CEPEC** recepciona textos de diferentes matizes teóricas das ciências econômicas e sociais, que busquem tratar, preferencialmente, das inter-relações entre as sociedades e economias amazônicas com a brasileira e mundial, seja se utilizando de instrumentais históricos, sociológicos, estatísticos ou econométricos. A linha editorial privilegia artigos que tratem de Desenvolvimento social, econômico e ambiental, preferencialmente focados no mosaico que constitui as diferentes “Amazônias”, aceitando, porém, contribuições que, sob enfoque inovador, problematize e seja propositivo acerca do desenvolvimento brasileiro e, ou mesmo, mundial e suas implicações.

Nosso enfoque central, portanto, refere-se ao tratamento multidisciplinar dos temas referentes ao Desenvolvimento das sociedades Amazônicas, considerando que não há uma restrição dessa temática geral, na medida em que diversos temas conexos se integram. Vale observar que a Amazônia Legal Brasileira ocupa aproximadamente 5,2 milhões de Km², o que corresponde a aproximadamente 60% do território brasileiro. Por outro lado, somente a Amazônia brasileira detém, segundo o último censo, uma população de aproximadamente 23 milhões de brasileiros e constitui frente importante da expansão da acumulação capitalista não somente no Brasil, como em outros seis países da América do Sul (Colômbia, Peru, Bolívia, Guiana, Suriname, Venezuela), o que a torna uma questão central para o debate da integração sul-americana.

Instruções para submissão de trabalhos

Os artigos em conformidade a linha editorial terão que ser submetidos aos editorialistas, em Word, com no máximo 25 laudas de extensão (incluindo notas de referência, bibliografia e anexos). Margens superior e inferior de 3,5 e direita e esquerda de 2,5. A citação de autores deverá seguir o padrão seguinte: (Autor, data, página), caso haja mais de um artigo do mesmo autor no mesmo ano deve-se usar letras minúsculas ao lado da data para fazer a diferenciação, exemplo: (Rivero, 2011, p. 65 ou Rivero, 2011a, p. 65). Os autores devem fornecer currículo resumido. O artigo deverá vir obrigatoriamente acompanhado de Resumo de até no máximo 25 linhas e o respectivo Abstract, palavras-chaves e Classificação JEL (Journal of Economic Literature).

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. OS CIRCUITOS ECONÔMICOS E AS EMPRESAS “NA REGIÃO E “DA REGIÃO”: CONCEPÇÕES PARA COMPREENDER AS EXPORTAÇÕES PARAENSES.....	8
3. ANÁLISE DAS EXPORTAÇÕES PARAENSES COM BASE NOS TERMOS “EMPRESAS NA REGIÃO” E “EMPRESAS DA REGIÃO”	14
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	24

DESMITIFICANDO AS EXPORTAÇÕES PARAENSES: ANÁLISE PELOS CONTRATOS DE CÂMBIO E POR EMPRESAS

Luís Flavio Maia Lima¹

RESUMO

As exportações paraenses são analisadas pela ótica do contrato cambial e das empresas, os quais de fato operam a produção e a venda no estado. Esse elemento altera substancialmente a leitura das estatísticas de comércio exterior, notadamente, as exportações paraenses, porém, destaca-se que a metodologia pode ser aplicada em âmbito nacional. As análises realizadas levaram em conta dados correspondentes a cinco anos, de 1992 a 1997. O tempo de quase duas décadas, transcorrido de lá para cá, não invalida as interpretações. Ao contrário, pensamos que um trabalho comparativo, que venha a ser feito com dados atuais, vai revelar que nada ou muito pouco mudou na lógica de exportação aqui discutida.

Palavras-chaves: Exportações Paraenses; Contrato de Câmbio; Comércio Exterior.

ABSTRACT

The state's exports are analyzed from the perspective of the foreign exchange contract and the companies, which in fact operate the production and sale in the state. This element substantially alter the reading of foreign trade statistics, namely, the Pará exports, however, points out that the methodology can be applied nationwide. The analyzes took into account data corresponding to five years, from 1992 to 1997. The time for almost two decades elapsed since then, does not invalidate the interpretations. On the contrary, we think that a comparative work that will be done with current data, will reveal that little or nothing has changed in export logic discussed here.

KEYWORDS: PARÁ EXPORTS; EXCHANGE AGREEMENT; FOREIGN TRADE.

JEL: F14

¹ Economista, doutorando do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Pará. E-mail: lufla2@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

O assentamento é o funcionamento das atividades produtivas na região amazônica desde a sua colonização. A história econômica da Amazônia e, particularmente, do Estado do Pará, revela a existência de vínculos de uma parcela dos empreendimentos com o comércio exterior, notadamente a exportação de produtos naturais amazônicos.

Assim, uma parte da rede econômica construída no Estado foi focada na comercialização de produtos direcionados para o mercado internacional e, portanto, evidencia-se na realidade estadual não somente a presença de estímulos internos, para funcionamento da atividade, como a existência de forças externas à região, que determinam a intensidade e o alcance dos fluxos de produção ligados à exportação, particularmente de alguns produtos.

Tais fatos caracterizam momentos e marcos históricos específicos nas análises econômicas sobre as exportações paraenses. Esses momentos, vinculados à exportação, se caracterizam como surtos econômicos de produtos e obedecem a uma lógica específica de expansão-declínio, em torno da qual orbitam a estrutura social e política, bem como a dinâmica produtiva estadual, com o propósito de atender as necessidades, para melhor fluxo ou vazão dos bens exportados. Mas, quando finda o surto, não há incorporação, aos segmentos econômicos, nem à sociedade local. Não restam efeitos positivos, pois o controle do processo é externo aos agentes locais, o que justifica retrocessos no nível de atividade, com reflexos severos no campo social.

A partir de 1950 alguns paradigmas na região amazônica são lentamente quebrados através de uma maior inserção do grande capital, especialmente na exploração de manganês no Estado do Amapá, uma experiência inovadora ao sair da exploração dos recursos naturais de origem vegetal e animal para o mineral.

O Pará não fica imune a esse processo, pois, começam a ser gestados, no interior do governo federal, diversos instrumentos públicos, o quais se avolumam com o golpe militar de 1964, que em conjunto com o capital transnacional permite o assentamento de grandes projetos voltados à exportação, com base na produção mineral e energética. Tal fato, aliás, dará início a um surto exportador, cujo marco temporal é 1979, ano que marca a entrada em

operação da Mineração Rio Trombeta S.A., empresa vinculada à Vale S.A, cujo capital é, em parte, transnacional.

As dimensões do então novo momento exportador, baseado nos bens minerais, são dadas pelo expressivo salto da representatividade do Pará nas exportações nacionais, que passou de 1,32% em 1978 para 4,25% em 1997.

As análises elaboradas sobre a economia paraense, particularmente sobre o segmento industrial e as exportações paraenses, vinculam, obrigatoriamente, o comportamento e os resultados da pauta de exportação aos grandes projetos. A esse tipo de interpretação regional denominamos de “análise tradicional ou por produto”.

Nesse sentido, quando se atrela a dinâmica apenas aos grandes projetos, no que diz respeito às exportações, deixa-se um hiato, que não é captado pelas avaliações efetuadas. Ou seja, uma franja de empreendimentos, cuja importância não se dá somente no mercado exportador, mas no espaço estadual e municipal, em virtude de sua integração local e econômica, a qual responde pela movimentação das relações produtivas no território.

Reconhecer a existência dos empreendimentos de menor porte nas exportações, que possuem representatividade no espaço e na economia estadual, superando a tarja negra que cobre essa visão, é de fundamental importância para compreender, no plano macro e micro, uma parcela importante de empresas, que respondem por uma parcela do dinamismo produtivo e social no Estado.

A utilização de variáveis como “contrato de câmbio”, “fechamento cambial” e “empresas exportadoras”, quando trabalhadas em conjunto, permitem perceber o funcionamento do segmento exportador por dentro da atividade, bem como ajuda a capturar sua representatividade, observações que não emergem na “análise tradicional”.

Por tais razões, este trabalho analisa as exportações paraenses a partir dos elementos referidos acima, o que determina a construção de uma interpretação baseada no campo micro, enfocando o empreendimento a partir do contrato cambial, o que possibilita enxergar o espaço da produção e o ciclo econômico das exportações no contexto estadual.

As exportações paraenses são analisadas pela ótica do contrato cambial e das empresas, os quais de fato operam a produção e a venda no estado. Esse elemento altera substancialmente a leitura das estatísticas de comércio exterior, notadamente, as exportações paraenses, porém, destaca-se que a metodologia pode ser aplicada em âmbito nacional. As

análises realizadas levaram em conta dados correspondentes a cinco anos, de 1992 a 1997. O tempo de quase duas décadas, transcorrido de lá para cá, não invalida as interpretações. Ao contrário, pensamos que um trabalho comparativo, que venha a ser feito com dados atuais, vai revelar que nada ou muito pouco mudou na lógica de exportação aqui discutida.

Na primeira sessão deste artigo abordam-se os conceitos para a compreensão da dinâmica exportadora no Pará, a partir de meados da década de 50, fundamentados na teoria dos circuitos econômicos, para captar o ciclo de produção e venda, bem como as características das empresas que, à margem dos grandes projetos, exportam pelo Estado, através da concepção dos instrumentos analíticos denominados “empresas da região” e “empresas na região”.

A construção de uma outra leitura a partir dos contratos de câmbio fechados no Estado e das empresas responsáveis, permite a elaboração de análises que mensuram o valor internalizado da receita exportadora no Pará e o peso real das exportações na economia paraense se constitui a segunda parte.

A existência de janelas de oportunidades é um dos elementos, entre outros, apontados que deve ser objeto de trabalho por parte do poder público ao incentivar um maior grau de beneficiamento, assim como a introdução de inovações no processo e no produto dos bens exportados. É importante frisar a desmistificação do peso das exportações na economia paraense ao se captar o volume financeiro efetivo cuja operação ocorre no Estado, o que, em si, traz implicações como o rebatimento da lei Kandir e a arrecadação tributária estadual.

2. OS CIRCUITOS ECONÔMICOS E AS EMPRESAS “NA REGIÃO E “DA REGIÃO”: CONCEPÇÕES PARA COMPREENDER AS EXPORTAÇÕES PARAENSES

A coexistência de sistemas produtivos distintos num mesmo espaço – particularmente na Amazônia – é objeto de discussão. Leal (1997, p. 152), por exemplo, afirma que “é necessário pré-condições à exploração de recursos naturais”, os quais estruturam um conjunto de ações oportunas à produção, paralelamente à permanência de segmentos produtivos que não são objetos de intervenção em função de suas especificidades locais. Isso quando de fato as

condições se realizam. Tal processo caracteriza-se pela seletividade, pelo foco e por ser pontual no interesse e no espaço.

Neste aspecto, Santos (2004), na linha de Michalet (1984), Lipietz (1988) e Leal (1997), reafirma o caráter da seletividade, ao demonstrar que o processo é norteado por forças externas ao espaço, as quais dirigem a intervenção, o que explica, no plano regional, as transformações processadas no interior da Amazônia e do Pará ao longo das últimas cinco décadas.

os espaços dos países subdesenvolvidos caracterizam-se pelo fato de se organizarem e reorganizarem-se em função de interesses distantes e mais freqüentemente em escala mundial. Mas não são atingidos de um modo maciço pelas forças de transformação, cujo impacto, ao contrário, é muito localizado e encontra uma inércia considerável à sua difusão. Por outro lado, as forças da modernização impostas do interior ou do exterior são extremamente seletivas, em suas formas e em seus efeitos (SANTOS, 2004, p. 20).

As forças que atuaram e atuam no espaço regional e estadual, particularmente no Pará, engendraram no interior das atividades produtivas dois sistemas distintos e paralelos, com rebatimento em todos os campos, sociais e/ou produtivos. Neste aspecto, Santos (2002) comenta a forma da transformação que ocorre no espaço subdesenvolvido, a saber:

A formação e a transformação desses espaços derivados dependem de dois fatores: 1) o momento da intervenção das primeiras forças externas; 2) os impactos sucessivos de outras modernizações. O primeiro impacto faz o país ou uma região entrar no sistema mundial; os impactos sucessivos de outras modernizações vêm acrescentar novos dados de origem externa às situações do presente (SANTOS, 2002, p. 32).

No âmbito das atividades produtivas paraenses denota-se claramente esse processo no passado recente, que alavancou as exportações estaduais a partir de 1979 como resultado efetivo das intervenções que propiciaram, no seio da economia paraense, presença de dois fluxos exportadores distintos.

Em que pese estarem atrelados a forças externas, tais fluxos representam papéis diferentes tanto no contexto interno, quanto no externo, o que resulta em impactos e interações locais diferenciadas. Essa visão de dois fluxos exportadores no comércio exterior advém da ideia da existência de dois circuitos produtivos na economia urbana, conceito desenvolvido por Santos (2004). A concepção é adaptada enquanto um instrumento analítico com o intuito de apreender a dinâmica das exportações paraenses no que tange a sua estrutura interna e, parcialmente, ao seu funcionamento.

É fundamental, no entanto, ressaltar a existência de diferenças conceituais em relação ao desenvolvimento efetuado pelo autor sobre os circuitos. A partir da visão de Santos (2004) desenvolvem-se ilações para compreender, em parte, os mecanismos de funcionamento do comércio exterior paraense, tendo em vista que a discussão empreendida por aquele autor se dá no plano intra-urbano, ao passo que a discussão desenvolvida no presente estudo tem uma abrangência de escala regional.

Em resumo, Santos caracteriza os dois circuitos, que vão servir, em parte, como referência para compreender e analisar os fluxos exportadores paraenses². Para ele “a diferença fundamental entre as atividades do circuito inferior e as do circuito superior está baseada nas diferenças de tecnologia e de organização” (SANTOS, 2004, p. 43).

Os empreendimentos que se enquadram no circuito superior têm um aporte intensivo de capital, integração e articulação externos ao local do empreendimento, dispõem de crédito bancário e de ajuda governamental com forte presença de incentivos fiscais. O volume de mercadorias é considerável, assim como a produtividade por trabalhador é elevada e apresenta um custo fixo alto.

Em relação às atividades ligadas ao circuito inferior o autor registra diversas características, dentre as quais destacamos: uma integração e articulação local/regional e no entorno, maior empregabilidade dado o uso intensivo do fator trabalho, baixo volume de capital e a forma de organização empresarial é familiar ou semiprofissional.

Observando as proposições de Santos (2004), com relação às características dos circuitos, é possível, afirmar que a exportação paraense apresenta dois fluxos com características próprias. Portanto, é necessário identificar a existência das peculiaridades que permeiam a estrutura exportadora estadual, oriunda de distintas forças empresariais que, ao obedecerem ritmos próprios, em função de suas características, determinam dinanismos e sistemas produtivos específicos, relacionados aos tipos de empreendimentos que compõem os fluxos.

Para entender o comércio exportador paraense e os fluxos produtivos contidos no seu interior, é necessário captar as características gerais dos empreendimentos, para apreender o comportamento do processo exportador estadual, que não é expresso pelas estatísticas usuais utilizadas no campo da análise regional.

² Além das diferenças apontadas por Santos (2004,p. 43), acrescentaria o fator capital para distinguir os fluxos.

Utilizando o instrumental de Santos (2004) como ponto de referência constata-se a existência de dois agrupamentos distintos de empresas que respondem pela estrutura e pelo dinamismo do processo exportador estadual e, conseqüentemente, com contribuições e impactos diferenciados, necessitando distinguir as características e os papéis que representam na economia exportadora paraense.

Com base em Santos (2004), construiu-se um instrumento analítico que capta, pelas características dos empreendimentos, os dois fluxos presentes nas exportações paraenses. O primeiro fluxo tem, entre outras especificidades, um volume considerável físico e financeiro nas exportações estaduais, cujo dinamismo é oriundo das “empresas na região” em áreas restritas.

O segundo fluxo exportador apresenta como uma de suas características, menor movimentação de recursos financeiros, porém, em que pese a menor escala na magnitude exportadora, a origem do dinamismo concentra-se em um conjunto de empreendimentos de pequeno e médio porte, pulverizados no espaço estadual com repercussões irradiadas no território, denominadas de “empresas da região”.

Adota-se “empresas na região” e “empresas da região” como termos analíticos para distinguir as correntes ou fluxos exportadores contidos nas exportações paraenses que são subjacentes às estatísticas de exportação tradicionalmente utilizadas nas análises regionais efetuadas.

São “empresas na região”, os empreendimentos instalados para a produção de bens destinados exclusivamente à exportação, onde se enquadram os grandes projetos e outros estabelecimentos de indústrias de capital nacional e transnacional – incluso de capital comercial (por exemplo, Eidai da Amazônia, Nordisk Timber etc.), que atuam principalmente no ramo madeireiro, cuja característica é um moderno aparelho produtivo aliado a um forte controle de produtividade, que não vai ser objeto de estudo neste trabalho.

Portanto, as “empresas na região” têm sua matriz – há exceções – externa ao Pará e o seu fluxo de comercialização (venda do produto exportador e compra de mercadorias) externa, prioritariamente, realizada fora do Estado.

As “empresas da região” apresentam no interior de sua formulação, enquanto instrumental analítico, o fato das mesmas atuarem tanto no mercado interno (nacional e regional) quanto no comércio exterior e de terem na sua composição de capital recursos

financeiros regionais, que por suas limitações de investimento, repercute no fato de que a maioria das empresas é de pequeno e médio porte.

É importante atentar que as “empresas da região” comportam, no seu interior, uma derivação, as “empresas criadas na região”, as quais englobam a constituição de empreendimentos que, inicialmente, são de pequeno e médio portes, assentados no Estado como resultado de diversas frentes de expansão econômicas e sociais que se deslocaram para a região e para o Estado.

Algumas características dos empreendimentos classificados como de “empresas na região” e “empresas da região” estão contidos no Quadro 1. Cabe atentar que as especificidades estão diretamente relacionadas à dinâmica e ao movimento exportador observado no Estado, justificando comportamento das exportações estaduais.

Com base nessa diferenciação é que se interpreta, sob um novo enfoque, a dinâmica recente das exportações paraenses, ressaltando que, esta avaliação tem como núcleo básico a “empresa exportadora”, diferentemente da análise tradicional, que se concentra em interpretar a exportação estadual através dos produtos.

Quadro 1: Características dos empreendimentos exportadores

Empresas na região	Empresas da região
Capital: nacional, estatal e transnacional	Capital: local e local imigrante
Tecnologia intensiva e poupadora de mão-de-obra	Baixa tecnologia e utilização intensiva de mão-de-obra
Alta produtividade	Baixa produtividade
Volume exportador elevado e constante	Exportação variável e irregular
Atuação no mercado: mercado externo	Atuação no mercado: tanto mercado interno quanto externo
Negócios: contratos de longo prazo	Negócios: contratos de curto prazo
Contrato de câmbio: fechado fora do estado	Contrato de câmbio: fechado no estado
Investimento tecnológico programado	Investimento de sobrevivência (depreciação de capital) e não programado. Ocorre devido à exigência do mercado
Impacto restrito a área do empreendimento	Impacto irradiado: local, estadual e regional
Gestão de negócios profissional	Gestão de negócios familiar e semiprofissional
Conversão do câmbio e internalização dos recursos: fora do estado	Conversão do câmbio e internalização dos recursos: no estado
Estrutura societária: sociedade anônima	Estrutura societária: limitada

Porte empresarial: grande e super grande empresa	Porte empresarial: micro, pequena e média empresa
--	---

Fonte: Elaboração própria com base em Santos (2004) e em pesquisa de campo.

As “empresas da região” apresentam especificidades tais como: menor porte do empreendimento; capital de constituição pequeno, observando-se a predominância de capital regional/estadual; baixo grau tecnológico e reposição superior às normas contábeis; transações financeiras feitas numa escala inferior. Apesar dessas características, constata-se que o seu impacto local é considerável em função da movimentação do emprego e da renda.

A participação dos empreendimentos na formatação da estrutura das exportações paraenses vem de encontro a um conjunto de instrumentos e mecanismos engendrados e coordenados pelo Estado nacional com o objetivo de ocupar produtivamente a Amazônia e o Pará numa lógica de inserção mundial ao grande capital sob o auspício das empresas transnacionais.

Para compreender a questão exportadora no Pará é fundamental entender a lógica estrutural do funcionamento orgânico dos empreendimentos que fazem o comércio exterior estadual, notadamente a fração do fluxo que fica à margem da análise regional centrada nas “empresas na região”, onde estão os grandes projetos, que, de fato, têm um papel representativo no campo macro, porém seletivo em função das estratégias dos empreendimentos.

À reboque dos instrumentos estatais e como resultado também das intervenções feitas na região e no estado após a década de 1950, verifica-se a tênue existência de um movimento no interior das exportações estaduais, deslocado do grande eixo de interesse do capital e do governo que, apesar de menor, tem a capacidade de irradiar impactos produtivos e sociais na sociedade paraense. Esse movimento é representado pelas “empresas da região”, que têm uma representação considerável no ambiente estadual, porém, à margem das estatísticas e das análises.

Entender a ação do Estado nacional e a estratégia de ação do grande capital no Pará nos seus respectivos tempos de maturação, é necessário para compreender as transformações recentes na economia paraense, notadamente das exportações estaduais, cuja análise ainda é centrada na avaliação dos produtos e no papel das grandes empresas. Propor uma nova interpretação, conciliando uma visão teórica que permita apreender o fenômeno exportador

estadual nos últimos quarenta anos e seu impacto na estrutura exportadora através da dinâmica das “empresas da região” visa completar um ciclo analítico em aberto no cenário regional.

3. ANÁLISE DAS EXPORTAÇÕES PARAENSES COM BASE NOS TERMOS “EMPRESAS NA REGIÃO” E “EMPRESAS DA REGIÃO”

A informação “contrato de câmbio” determinou a necessidade de avançar a leitura das exportações paraenses em vigor, devido a conflitos de leitura e interpretação advindos dos dados de câmbio com as provenientes dos produtos exportados.

Para tanto, adotou-se os termos de análise construídos “empresas na região” e “empresas da região” que, quando aplicados, permitem a construção de um caminho alternativo à análise tradicional.

Com base nessa diferenciação interpreta-se, sob um novo enfoque, a dinâmica recente das exportações paraenses, ressaltando que, esta avaliação tem como núcleo básico a “empresa exportadora”, diferentemente da análise tradicional, que se concentra em interpretar a exportação estadual através dos produtos exportados.

Dada a mudança no enfoque interpretativo, *de produto exportado para empresa exportadora*, constata-se a existência de diferenças finais entre o resultado oficial das exportações paraenses com os dados da receita exportada pelas empresas. Porém, essa divergência é mínima no período analisado – exceto pra o ano de 1997 – o que não inviabiliza a adoção desses critérios de análise para apreender a dinâmica interna de exportações.

Os dados da Tabela 1 fazem comparação entre as estatísticas oficiais de exportação do Pará e o resultado das exportações pela ótica das empresas.

Tabela 1: Exportações Oficiais do Estado do Pará e Exportações por Empresas – 1992/1997

Anos	Exp. Div, Oficial	Exp. P/ Empresas	Diferença em Valor (+ ou -)	Dif. Em %
1992	1.645.789.580	1.636.339.660	(9.449.920)	-0,57
1993	1.781.048.905	1.780.653.375	(395.530)	-0,02
1994	1.820.771.266	1.819.441.792	(1.329.474)	-0,07
1995	2.181.436.565	2.181.850.747	414.182	0,02
1996	2.117.178.431	2.108.987.161	(8.191.270)	-0,39

1997	2.263.849.861	2.198.164.901	(65.684.960)	-2,90
------	---------------	---------------	--------------	-------

Fonte: Mict/Secex. Elaboração própria.

A diferença existente é normal, também devido ao tipo de abordagem e tratamento metodológico, ressaltando-se um conjunto de causas que justificam as mesmas, como, por exemplo, procedimentos de reexportação (que é exportação efetivada e embarcada), porém, no seu destino o importador retorna o produto exportado, provocando um hiato entre a estatística oficial de exportação, já gerada, com a contabilização do retorno da exportação, o que explica a diferença ³ encontrada nos números.

Portanto, a partir do presente momento se utiliza, para balizar as análises, apenas exportação por empresas, que vão ser o referencial para avaliar o comportamento das exportações paraenses entre 1992 a 1997.

3.1 Contrato de câmbio, divisas internalizadas e as exportações efetivas e sua importância

Assim, aplicando-se os dois termos de análise com o fito de identificar a origem da operação comercial das exportações paraenses, constata-se um fato surpreendente que, em parte, inviabiliza a análise tradicional, pois se observa que uma parcela expressiva dos recursos monetários creditados ao comércio exterior não circula no Estado, por que os contratos de venda/pagamento são efetuados na matriz das empresas, situadas em outros Estados brasileiros, e não no Pará.

Do total das exportações creditadas ao Estado, segundo a Secretaria de Comercio Exterior (Secex), constata-se, com base na Tabela 2 que, entre 1992 a 1997, o percentual médio das operações comerciais não efetuadas no Pará foi de 81,67%, uma taxa elevada que ocasiona implicações sérias à economia paraense.

Tabela 2: Exportações Realizadas em Outros Estados e Exportações Efetivamente realizada No Pará – 1992/97

Anos	Exp. P/ Emp. Movimento no Pará	Exp. Realizadas Em Outro Estado	Exp. C/ contrato De câmbio no Pará	Participação %
1992	1.636.339.660	1.420.424.211	215.915.449	13,20
1993	1.780.653.375	1.443.362.563	337.290.812	18,94
1994	1.819.441.792	1.407.596.710	411.845.082	22,64

³ Uma outra causa é a entrada e a efetivação dos documentos iniciais de exportação, porém há um espaçamento de tempo de conclusão decorrente dos procedimentos financeiros do contrato de câmbio.

1995	2.181.850.747	1.755.949.703	425.901.044	19,52
1996	2.108.987.161	1.734.546.316	374.440.845	17,75
1997	2.198.164.901	1.803.896.485	394.268.416	17,94

Fonte: Mict-Secex. Elaboração própria.

Uma das principais repercussões é que, extraindo esse volume monetário não circulante das exportações paraenses – que no período de 1992 a 1997 foi, em termos médio, valor de U\$S 1,5 bilhões de dólares, redundando no fato de o Pará não ser, efetivamente, o sétimo maior Estado brasileiro exportador como afirmam os analistas. O que há, em muito, é apenas um volume físico exportado, pois o que fica em valores monetários são apenas os salários e parte das despesas das operações industriais e comerciais, quando a empresa opera produtivamente no Estado, que varia de caso a caso.

[...] que a Companhia Vale do Rio Doce, a maior empresa do Estado, responsável por 75% do comércio exterior do Pará, que é o sétimo Estado exportador da federação e o segundo em saldo de divisas...” (PINTO, 2000, p. 3)

Este resultado é proveniente do fato de que os enclaves exportadores ligados ao Complexo da Cia. Vale do Rio Doce, os empreendimentos do Complexo Jari, a Camargo Córrea Metais e a Rio Capim Caulim, entre outros estabelecimentos, não fecham os seus contratos e não recebem o pagamento de suas exportações no Pará, isto é, parte do movimento financeiro é realizada fora do Estado, restringindo os impactos multiplicadores das exportações na economia paraense.

É importante atentar que parte das empresas apenas opera produtivamente no Pará, normalmente fazem suas compras e despesas fora do Estado, o que enseja a completa redução dos efeitos multiplicadores e/ou indutores econômicos de expansão das atividades, que, neste caso, são restritos, quando muito, aos salários dos seus funcionários.

A dimensão desse problema na economia é mensurada pela ação conjunta entre o Governo Estadual e a Cia. Vale do Rio Doce para implantar, no Estado, o Programa de Desenvolvimento de Fornecedores Locais, que visa cadastrar empreendimentos que podem comercializar com este enclave. Este programa injetou, na economia do Estado do Espírito Santo, cerca de U\$S 102 milhões de dólares, uma quantia expressiva que impacta positivamente na cadeia produtiva.

Considerando que parte das compras não é realizada pelos Grandes Projetos no Estado e que a venda/lucro não circulam monetariamente e produtivamente no Estado, justifica, por

si só, a reduzida integração econômica e social dos mesmos na economia e na sociedade paraense, que arca com os custos econômicos e sociais advindos da implantação dos mesmos, como o fluxo imigratório, a desterritorialização espacial, o aumento da pobreza e o esgotamento dos equipamentos sociais.

Portanto, quando se confronta o valor das exportações não faturadas no Estado com o Produto Interno Bruto do Pará (Pib), constata-se a perda de investimento produtivo e social proveniente da não circulação dos recursos monetários. A taxa média de participação dos recursos que não são incorporados à economia estadual entre 1992 a 1997 equivale a um percentual médio de 13,22% do PIB paraense, taxa que revela a dimensão do capital que poderia ser injetado na economia estadual.

A Tabela 3 contém as informações que permitem avaliar a drenagem anual de capital produtivo e social do Estado, o que poderia reverter, em parte, as dificuldades sociais e econômicas vivenciadas atualmente no Estado.

Tabela 3: Participação das Exportações no Produto Interno Bruto (1) – 1992/1997

Anos	Pib Estadual (A)	Exp. Realizadas Em Outro Estado (B)	Exp. C/ contrato de Câmbio no Pará ©	Part. % (B/A)	Part. % (C/A)
1992	7.058,62	1.420,24	215,91	20,11	3,05
1993	10.514,21	1.443,36	337,29	13,72	3,20
1994	11.092,16	1.407,59	411,84	11,83	3,45
1995	12.471,31	1.755,94	425,90	14,07	3,40
1996	13.249,30	1.734,54	374,44	13,08	2,82
1997	12.966,04	1.803,89	394,26	13,90	3,04

Fonte: Seplan-Pa/Ibge/Mict-Secex. Elaboração própria.

Nota: Em bilhões de dólares.

Portanto, a não internalização desses recursos é um dos fatores responsáveis, entre outros, pela não integração dos enclaves exportadores na economia paraense⁴, pois além da inexistência da formação de uma cadeia produtiva estruturada a partir dos mesmos, a não verticalização de suas produção, aliada ao montante de valores monetários que não circula, determina que parte do alicerce no qual está estruturada a atividade produtiva local, assente-se sob uma base frágil, decorrente da ausência de fundamentos macroeconômicos – impulsionados, em tese, pelo volume exportado – que poderiam impactar positivamente no

⁴ É importante não esquecer do caráter assumido pelos mesmos enquanto “filias-atelier”, isto é, empresas voltadas para o mercado externo, pois obedecem uma lógica externa a região.

cenário estadual, como a questão tributária, investimentos em infraestrutura, equipamentos sociais e a expansão de investimentos produtivos.

Por exemplo, essa massa de recursos monetários não movimentada poderia, hipoteticamente, ser canalizada a outros segmentos produtivos pelo setor financeiro, o que tenderia a propiciar a expansão da economia estadual, e, certamente, provocaria o crescimento econômico do Estado.

Quando se confronta as exportações totais movimentadas pelos empreendimentos com as informações do Produto Interno Bruto da intermediação financeira do Pará (a dólar corrente do ano), constata-se a disparidade entre o que foi apurado no cálculo do PIB com o valor exportado, o que determina a validade do questionamento de que uma parte considerável dos recursos externos não circula pela economia paraense.

A Tabela 4 expressa a disparidade, objeto de comentário.

Tabela 4: Receita exportadora por empresa e pib da intermediação financeira em dólar (US\$ 1,00) – 1992/1997

Variáveis	Rec. Exportadora	Pib Intermediação	Proporção	Estimativa de
Anos	por Empresa	Financeira do Pará(1)	Rec. Exp./Pib	no Pib. Int. Finan. (2)
1992	1.636.339.660	485.327.957	3,37	1.466.164.984
1993	1.780.653.375	563.873.173	3,16	1.619.445.346
1994	1.819.441.792	273.888.651	6,64	1.519.691.890
1995	2.181.850.747	199.501.157	10,94	1.607.085.992
1996	2.108.987.161	389.370.057	5,42	1.447.053.212
1997	2.198.164.901	372.396.675	5,90	1.578.294.862

Fonte: Mict/Secex e Fibge/Sepof. Elaboração própria.

Notas: 1 – Valores a preços correntes convertidos pelo dólar médio do ano; 2 – Em dólar médio do ano. Estimativa obtida utilizando o coeficiente de participação do consumo intermédio sobre o valor da produção para cada ano aplicado na receita exportadora.

A disparidade entre o que é aparentemente exportado pelo Estado com o PIB da intermediação financeira é considerável. Em 1992 o valor das exportações superava em três vezes o resultado do PIB da atividade financeira. Já no ano de 1997 verifica-se um crescimento, pois se constata que o valor exportador suplantara em aproximadamente seis vezes o PIB da atividade, ressaltando uma tendência de aumento da diferença observada.

Ratificando não somente a drenagem de recursos, mas confirmando que parte expressiva das exportações não é internalizada no Estado, a inflexão do PIB da intermediação financeira em 1995 na ordem de -27,16% no momento em que as exportações crescem em 19,92% superando a casa dos dois bilhões de dólares. Esses resultados opostos – que não são

cruzados – a análise tradicional não trata e não justifica. A lógica econômica sinaliza que os indicadores (PIB e exportação) deveriam apresentar o mesmo comportamento, o que não é caso.

Mesmo considerando a necessidade de mensurar o valor do consumo intermediário a preço corrente sobre o valor da produção da intermediação financeira sobre a possível entrada das divisas estrangeiras, verifica-se então que a incorporação do saldo no PIB da intermediação financeira seria um acréscimo considerável, o que não acontece, pois este fluxo financeiro não ocorre na praça bancária do Estado. A estimativa sinaliza que o acréscimo no Produto Interno Bruto da atividade de intermediação financeira envolve um recurso expressivo que supera a casa de um bilhão de dólares e, certamente, contribuiria para um novo valor do PIB total do Estado.

Observando-se que é uma estimativa simples, os dados contidos na Tabela 4 demonstram, novamente, a disparidade entre o montante exportado e o valor do PIB da atividade financeira, pois o comportamento de ambos, que são opostos, denuncia o descompasso que ratifica que uma parte expressiva da receita das exportações não circula pela economia paraense.

Em função dessa situação, verifica-se, a título de exemplo, que em 1992 deixaram de ser computados no PIB do segmento, um valor de aproximadamente um bilhão e quinhentos milhões de dólares. A falta de interseção e/ou de diálogo também é observado nos demais anos analisados, visto que, em 1997, os recursos na ordem de um bilhão e seiscentos milhões também não foram computados. Na verdade, jamais circularam e/ou foram internalizados na economia regional.

Pelas informações contidas na Tabela 5, é possível avaliar o impacto da circulação dos recursos monetários das exportações que não foram efetivadas no Estado, isto é, o comércio exterior das “empresas na região”, a qual vislumbra-se, no caso específico do Pará, que o valor acumulado entre 1992 a 1997 desses recursos é superior ao financiamento concedido pelo Banco da Amazônia através do Fundo Constitucional do Norte no Estado, que no período entre janeiro de 1990 a dezembro de 1998 concedeu créditos na ordem de um bilhão de dólares.

Fazendo um paralelo entre as exportações das “empresas na região” com os dados do BASA é possível observar que para cada dólar de financiamento concedido por essa

instituição aos setores produtivos do Estado, aproximadamente dez dólares deixavam de circular no interior da economia paraense, diferença que dá a medida da não integração desses empreendimentos no Estado, como indica o reduzido valor do PIB Estadual.

Tabela 5: Confronto entre as Exportações e Crédito Liberado do F.N.O – 1990/1998

Exportações/FNO	Exp. Efetivadas Fora do Estado (1) (1992 a 1997)	Exp. Efetivadas No Estado (1) (1992 a 1997)	Valor Liberado Pelo F.N.O (2) (1990 a 1998)
Valor	9.565.775.988	2.159.661.648	1.001.003.987

Fontes: Mict-Secex; Basa / Sepof-Pa. Elaboração própria.

Diferentemente do observado no que tange à expressividade dos valores das exportações não efetuadas em termos de câmbio no Estado em relação ao PIB Estadual, o volume de recursos provenientes das transações externas internalizadas no Estado é, a primeira vista, inexpressivo no que diz respeito à sua participação na economia paraense. Porém, é importante atentar para a relatividade do percentual, pois esse montante de massa monetária é de fato incorporado às atividades produtivas locais, o que contribui para a criação indireta, na economia estadual, de emprego, renda e investimentos produtivos.

A participação média das exportações efetivamente transacionadas no Estado no PIB Estadual entre 1992 a 1997 é de 3,16%, o que significa que em termos relativo o comércio exterior paraense efetivado no Estado não detém, *a priori*, uma relevância que signifique sua essencialidade na economia paraense, porém, é necessário observar que seu peso econômico está situado no contexto da cadeia produtiva estadual, à margem dos grandes empreendimentos, ou seja, no interior da economia paraense.

A representatividade do segmento exportador advém justamente de sua integração produtiva e monetária na economia paraense, mensurado pela participação das exportações em relação ao PIB das atividades industrial e comercial, que são os setores de onde provêm os bens exportados pelas empresas exportadoras sediadas produtivamente e economicamente no Estado.

O impacto das exportações efetivamente originadas e concluídas no Estado é perceptível quando se compara o volume de crédito liberado pelo BASA entre 1990 a 1998 através do FNO, com o total dos recursos do comércio exterior que adentraram no Estado, no período compreendido entre os anos de 1992 a 1997. Esse recurso externo supera em 115,75%

o valor do financiamento concedido, o que, por abstração, é possível avaliar o seu impacto na cadeia produtiva estadual.

Sob outro prisma, a expressividade advinda dos recursos externos na economia paraense é também visualizada pela participação da receita internalizada no PIB da atividade de intermediação financeira, cujo percentual médio entre 1992 a 1997 é de 59,06%, uma taxa que possibilita, a priori, uma perspectiva de circulação monetária que impacta endogenamente na economia estadual através de investimentos, emprego e renda. Portanto, em nível de Estado, as exportações paraenses não apresentam, no seu conjunto, uma ação efetiva que as tornam imprescindíveis às atividades produtivas gerais, porém, setorialmente, elas são representativas e ocupam, justamente, o vácuo das exportações não efetivadas no Estado pelos grandes projetos.

A receita das exportações representam um fluxo de produção horizontal e vertical essencial na cadeia produtiva micro e macroeconômica de diversos segmentos, notadamente do industrial, do comercial, do serviço, da intermediação financeira e parte da agropecuária, ressaltando os efeitos indiretos advindos das inter-relações setoriais e no campo da economia municipal.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Numa análise estritamente econômica não se pode conceber um estado, uma região, um país ou mesmo um município não incentivarem, dentro de suas limitações, a expansão e o desenvolvimento de atividades produtivas. Neste contexto, inclui-se o comércio exterior, que cumpre, no conjunto maior da economia, um importante papel de produção e troca, contribuindo positivamente para alavancar uma sociedade.

Ora, o Estado do Pará tem, desde seus primórdios, uma forte relação com o comércio exterior. As exportações, em maior ou menor grau, têm forte tradição na economia estadual. Desde a colonização as transações externas sempre estiveram voltadas para disponibilizar os recursos naturais da região.

Portanto, as exportações são um fato na economia estadual. Na lógica produtiva a mesma tem sua importância e participação na dinâmica social e econômica do Pará. As exportações de produtos primários envolvem um conjunto de atores, uns visíveis e outros

virtuais. Averiguar a real dimensão dos atores que compõem atualmente a estrutura exportadora paraense é fundamental para encontrar soluções capazes reverter este quadro.

Primeiramente, verificou-se a necessidade de construção de termos de avaliação para consubstanciar uma interpretação que se rompe o lugar comum das análises feitas nos cenários regional e estadual, além, é claro, de propor mecanismos para obter uma visão diferenciada daquelas em vigor, isto é, centrada apenas nas questões conjunturais dos produtos e sua relação superficial com a economia paraense.

A introdução de novos termos permitiram o redimensionamento das análises das exportações paraenses, não somente identificando parte do seu fluxo na economia paraense, mas também seus atores principais, ao mesmo tempo que clarearam a sua real dimensão.

Feito isto, constata-se que parte das transações financeiras oriundas das vendas dos produtos de exportação paraenses não é efetuado no Estado. Este dinheiro, virtual, distorce o que é tradicionalmente divulgado, que o Pará é o sétimo estado na federação brasileira em movimento exportador e com um saldo no balanço de pagamento considerável.

As implicações dessa ausência revelam apenas que o Pará é um Estado apenas produtor de bens, não detendo e retendo o lucro proveniente das exportações, posto que o controle das mesmas é externo ao território paraense. Grande parte da exportação é efetuada por “empresas na região”, cujo controle, fechamento e recebimento das exportações ocorrem em seus escritórios centrais, localizados em outros estados brasileiros.

De outro modo, foi possível, através dos instrumentos, avaliar de fato quanto é a participação das exportações efetivadas e concluídas com a circulação de moeda forte na economia paraense, o que determina no fim do mito de que o Estado é um grande exportador. De fato, o que efetivamente circula no Estado proveniente das exportações é aproximadamente quatrocentos milhões de dólares no ano de 1997, um valor razoável para a economia paraense, pois este movimento se internaliza, o que permite efeitos multiplicadores positivos.

Apesar desse valor ser irrisório quando comparado no âmbito nacional, no contexto estadual observa-se não somente a sua continuidade do volume financeiro como também sua tendência de crescimento anual, o que denota que o segmento exportador que atua efetivamente no Estado está em expansão, trazendo, com este movimento, aspectos positivos à economia paraense.

Dado esse quadro, é necessário rever, com bases nos resultados, não somente a matriz produtiva em que está assentado o segmento exportador, tanto das “empresas na região” quanto das “empresas da região”, mas e principalmente as inserções e as vantagens de um grupo em detrimento a outro grupo de empreendimentos.

Investimentos em infraestrutura, em apoio à criação de tecnologias e pesquisa, abertura de linhas de crédito, capacitação de recursos humanos, etc., são, entre outros, instrumentos e/ou vantagens construídas que permitam a expansão das exportações com impactos positivos na sociedade local.

No campo do setor privado, os encaminhamentos de pleitos e de parcerias, apoio a pesquisa, apoio institucional e legal, capacitação de recursos humanos, promoção de eventos, criação de caminhos facilitadores para exportação, são, entre outros, instrumentos que permitem o crescimento interno do segmento exportador, que resultará em um novo patamar produtivo das exportações e da economia paraense.

A sinergia das ações estatal e privada é fundamental para impulsionar o segmento exportador para um outro patamar qualitativo de atuação exportadora e diversificação da pauta de exportação, como a redução das agressões ambientais e aumento da agregação tecnológica dos produtos exportados.

Denota-se que a permanência de um conjunto de empresas exportadoras e de produtos exportáveis é decorrência da lucratividade dos bens. Porém, a excessiva concentração na exportação de produtos primários e ou semielaborados, reduz o leque de opções e de lucratividade. A ausência de inovação e de pesquisa é um problema a ser superado, em que pese a existência de um leque de opções que hoje não é explorado pelas “empresas da região”.

Portanto, um dos caminhos para incrementar a exportação dos bens tradicionais é o investimento em tecnologia e a inovação para diversificação dos produtos tradicionais que apresentam uma perspectiva de incremento elevado. Desse modo, por que não exportar óleo de castanha-do-brasil, extrato de maracujá ou óleo de pimenta, cujos preços de comercialização são bens superiores.

Avançar quebrando barreiras, inclusive gerenciais dos empresários e dos trabalhadores, são fatores essenciais para o crescimento das exportações paraenses, particularmente, dos setores tradicionais – “empresas da região”, que, aliada às ações

públicas, permitir alcançar um novo patamar produtivo e social no segmento exportador e na economia paraense.

Assim, o caminho das exportações efetivas do Estado é ainda o segmento tradicional, desde que se assuma a necessidade primordial de incorporação de pesquisa e inovações com o fito de diversificar o leque de opções oferecida pelos produtos que agregam valor. Essa alternativa é possível, apenas é fundamental avançar e fugir do lugar comum. Para isso, é importante a reestruturação das “empresas da região”, que são o caminho, caso queiram, da expansão do comércio exterior no Estado com resultados positivos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALDEN, Dauril, O significado da produção de cacau na região amazônica, Ufpa./Naea-Fipam, Gráfica Falangola Editora, Belém, 1974.

BAUMANN, Renato (organizador), O Brasil e a economia global, Editora Campus-Sobbet, Rio de Janeiro, 1996.

BELLUZO, Luis Gonzaga, Cavalo não desce escada. Revista Carta Capital, p. 31, 09/03/2005.

BENKO, George, Economia espaço e globalização, na aurora do século XXI, 1ª Edição, Editora Hucitec, São Paulo, 1996.

BLAUG, Mark, Metodologia da Economia, 2ª Edição, Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

CARVALHO, D. F., Industrialização tardia e perspectiva de desenvolvimento da Amazônia, Revista do Centro Sócio-econômico, Ano 2, nº 1, março/1995, Centro Sócio-Econômico/Universidade Federal do Pará.

CONDURÚ JR., Renato Pinheiro, Como cresceu o Pará nos últimos 15 anos, in Revista Para Desenvolvimento nº 26 Jan./Jul 1990, Idesp, Belém, 1990.

COUTINHO, Luciano; FERRAZ, J. C. (organizadores), Estudo da competitividade da indústria brasileira, 1ª edição, Editora Unicamp, Editora da Unicamp, Editora Papyrus, Campinas, 1994.

DREIFUSS, René A., A época das perplexidades, mundialização, globalização e planetarização: novos desafios, 3ª Edição, Editora Vozes, Petrópolis, 1999.

FERRAZ, G. T.; RIBEIRO, F. J., Um levantamento de atividades relacionadas às exportações das empresas brasileiras: resultado de pesquisa de campo com 460 empresas exportadoras, in O desafio das Exportações, 1º Edição, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Rio de Janeiro, 2002.

GUIMARÃES, R. J. R., Nos caminhos do sonho: grandes projetos e desenvolvimento industrial no Estado do Pará, in Cenários da Industrialização da Amazônia, Tereza Ximenes (organizadora), Série Cooperação Amazônica, nº 15, Unamaz/Naea, Belém, 1995.

GOMES, G. M.; VERGOLINO, J. R., Trinta e cinco anos de crescimento econômico na Amazônia (1960/1995), Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, Belém, 1997.

LEAL, Aluizio L., Amazônia: o aspecto político da questão mineral, Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos da Amazônia, Dissertação de Mestrado, Belém, 1988.

_____, Grandes projetos amazônicos: dois casos precursores, Universidade de São Paulo, Tese de Doutorado, São Paulo, 1996.

LIPIETZ, A., Audácia: uma alternativa para o século 21, Editora Nobel, 1º Edição, São Paulo, 1991.

_____, Miragens e milagres: problemas da industrialização no terceiro mundo, Editora Nobel, 1º Edição, São Paulo, 1988.

LIMA, L. F. M., Integração regional e “enclaves fordistas” no Pará: uma abordagem geral, in Cenários da Industrialização da Amazônia, Tereza Ximenes (organizadora), Série Cooperação Amazônica, nº 15, Unamaz/Naea, Belém, 1995.

_____, Exportação paraense: enfoque analítico pela ótica das empresas exportadoras 1992 – 1997. Universidade da Amazônia, Dissertação de Mestrado, Belém, 2006

LOBO, Marco Aurélio A., Estado e capital transnacional na Amazônia: o caso Albrás-Alunorte, Universidade Federal do Pará/Núcleo de Altos Estudos da Amazônia, Dissertação de Mestrado, Belém, 1989.

LÖWY, Michael, O capitalismo como religião, Caderno Mais, Jornal Folha de São Paulo, 18/09/2005.

MAHAR, Dennis J., Desenvolvimento econômico da Amazônia: uma análise das políticas governamentais, Ipea, Rio de Janeiro, 1978.

- MANDEL, Ernest., O capitalismo tardio, Coleção Os economistas, Editora Nova Cultural, 2º Edição, São Paulo, 1985.
- MARX, Karl, O capital, vol. 1, livro primeiro, Coleção Os economistas, Editora Nova Cultural, 2º Edição, São Paulo, 1985.
- MICHALET, Charles. A., O capitalismo mundial, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1984.
- PINTO, Lúcio F., Pará: comércio exterior biruta, Jornal Pessoal, 1º quinzena de agosto de 1999, Belém, 2000.
- REIS, Arthur. C.F., A expansão portuguesa na Amazônia nos séculos XVII E XVIII, Spvea, Coleção Pedro Teixeira, Rio de Janeiro, 1959.
- ROSA, T. C. et al., Perspectiva da economia industrial, in Revista Pará Desenvolvimento, nº 26, Jan./Jun., Idesp, Belém, 1990.
- SANTOS, Milton, O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos, 2º Edição, Edusp, São Paulo, 2004.
- _____, Economia espacial, 2º Edição, Edusp, São Paulo, 2002.
- SANTOS, Roberto, A economia do Estado do Pará, Série Relatórios de Pesquisa, Idesp, Belém, 1978.
- _____, História econômica da Amazônia (1800-1920), Editora T.ªQueiroz, 1º Edição, São Paulo, 1980.
- SANTOS, V. B., Mercado de trabalho, terceirização e segregação social em Carajás, in Reestruturação Produtiva e Mercado de Trabalho, CARLEIAL, Liana & VALLE, Rogério (organizadores), 1º Edição, Editora Hicitec-Abet, São Paulo, 1997.
- SILVA, Aluizio T. M., A política de desenvolvimento regional para Amazônia – 1980/85, Série Estudos Paraenses nº 56, Idesp, Belém, 1986.
- TRINDADE, José R. B., A metamorfose do trabalho na Amazônia: para além da Mineração Rio do Norte, Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos da Amazônia, Dissertação de Mestrado, 1998.

Recebido para publicação em setembro de 2014

Aprovado para publicação em fevereiro de 2015